Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

CNPJ nº 09.554.480/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Companhia" ou "Superbank"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2018, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 35,8 milhões, e, o prejuízo acumulado é de R$ 33,6 milhões. No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia apresentou um prejuízo de R$ 517 mil.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2018, os ativos totais atingiram R$ 159 milhões. Desse montante, destacamos, R$ 67 milhões que são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez em carteira própria, R$ 58 milhões por aplicações em LFT para cumprimento de depósito compulsório, R$ 1,4 milhões por adiantamentos para pagamentos por nossa conta em função de transações com clientes, R$ 13 milhões por impostos diferidos (créditos tributários sobre prejuízo fiscal) e R$ 2 milhões em impostos a compensar.

Em 30 de junho de 2018, o passivo era composto do montante de depósitos dos clientes R$ 70 milhões, R$ 46 milhões de valores a repassar à bandeira de cartões por conta de transações com clientes, R$ 1,6 milhões em fornecedores a pagar e R$ 4,3 milhões referentes a despesas com pessoal a pagar.

Auditoria Independente

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais preveem, inclusive, a necessidade de aprovação e quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (A Super é controlada pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") que é controlada direta do Banco Santander (Brasil) S.A.) (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados na Companhia com independência das demais entidades do Grupo Santander, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários

São Paulo, 23 de Agosto de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais

	Notas	30/06/2018	30/06/2017
Ativo Circulante		**134.948**	**85.127**
Disponibilidades	4	**4.755**	**2.929**
Títulos e Valores Mobiliários		**124.893**	**60.990**
Carteira Própria	4 e 5	67.012	30.572
Vinculados ao Banco Central	5	57.881	30.418
Outros Créditos		**4.922**	**20.886**
Rendas a Receber		33	99
Diversos	7	4.889	20.787
Outros Valores e Bens		**378**	**322**
Outros Valores e Bens		282	282
Despesas Antecipadas		96	40
Ativo Realizável a Longo Prazo		**23.912**	**19.698**
Outros Créditos		**13.768**	**13.882**
Créditos Tributários	6		
		13.768	13.882
Permanente		**10.144**	**5.816**
Imobilizado de Uso		1.000	289
Intangível	8	9.144	5.527
Total do Ativo		**158.860**	**104.825**

	Notas	30/06/2018	30/06/2017
Passivo Circulante		**122.848**	**88.083**
Depósitos		**70.172**	**51.986**
Outros Depósitos	9	70.172	51.986
Relações Interfinanceiras	9	**45.777**	**31.153**
Transações de Pagamento		45.777	31.153
Outras Obrigações	10	**6.899**	**4.944**
Fiscais e Previdenciárias		1.104	686
Diversas		5.795	4.258
Passivo Exigível a Longo Prazo		**160**	**621**
Passivos Contingentes	10 e 11	160	621
Patrimônio Líquido	12	**35.852**	**16.121**
Capital		69.451	49.451
Prejuízos Acumulados		(33.599)	(33.330)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**158.860**	**104.825**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	01/01 à 30/06/2018	01/01 à 30/06/2017
Receitas da Intermediação Financeira		**3.662**	**2.966**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15	3.662	2.966
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**3.662**	**2.966**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(4.133)**	**(4.558)**
Receitas de Prestação de Serviços	14	21.876	16.534
Despesas de Pessoal	16	(7.654)	(6.206)
Outras Despesas Administrativas	17	(17.483)	(13.943)
Despesas Tributárias	18	(2.518)	(1.790)
Outras Receitas Operacionais	19	1.646	847
Resultado Operacional		**(471)**	**(1.592)**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		**(471)**	**(1.592)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**(46)**	**(15)**
Provisão para Imposto de Renda	20	(130)	(66)
Provisão para Contribuição Social	20	(55)	(35)
Ativo Fiscal Diferido		139	86
Prejuízo		**(517)**	**(1.607)**
Ações em circulação (mil)		90.724	40.000
Prejuízo por lote de Mil Ações (em R$)		(5,7)	(40,2)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**49.451**	**(31.723)**	**17.728**
Prejuízo do período	-	(1.607)	(1.607)
Saldos em 30 de Junho de 2017	**49.451**	**(33.330)**	**16.121**
Mutações do período	**-**	**(1.607)**	**(1.607)**
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**69.451**	**(33.082)**	**36.369**
Prejuízo do período	-	(517)	(517)
Saldo em 30 de Junho de 2018	**69.451**	**(33.599)**	**35.852**
Mutações do período	**-**	**(517)**	**(517)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	01/01 à 30/06/2018	01/01 à 30/06/2017
Atividades operacionais		
Prejuízo	(517)	(1.607)
Ajuste ao prejuízo	**580**	**1.244**
Depreciação e Amortização	725	808
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(139)	86
Outros	-	350
Variações em ativos e passivos	**(18.573)**	**(21.590)**
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários	4.550	(31.023)
Redução em Outros Créditos	(210)	1.031
Aumento em Relações Interfinanceiras	(19.924)	(1.862)
Aumento em Outros Depósitos	(1.379)	11.583
Aumento em Outras Obrigações	(1.610)	(1.319)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(18.510)**	**(21.953)**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(235)	(287)
Aquisição de intangível	(2.949)	(1.720)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(3.177)**	**(2.007)**
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	(21.687)	(23.960)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	93.454	45.768
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	71.767	21.808

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Companhia" ou "Superbank") é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, nº 474 - Bloco E - Santo Amaro, CEP 04752-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander). Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09/10/2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil ("Bacen"), incluindo, sem limitar-se a: emitir moeda eletrônica, prestar serviços de pagamentos tanto através de cartões quanto por meio de outras mídias, facilitar pagamentos em prol de terceiros, credenciar estabelecimentos para atuarem em pagamentos, bem como outras atividades permitidas para Instituições desta natureza. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições participantes do Conglomerado Santander são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

Iniciou suas atividades ao longo do ano de 2011 e, a partir do final de 2012, obteve homologação para emitir cartões pré-pagos da bandeira Mastercard.

Em 12 de maio de 2017, através do Ofício 8260/2017-BCB/Deorf/Ganbbin, o Bacen aprovou a conversão da Companhia em Instituição de Pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão de demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2018 em reunião realizada em 23 de agosto de 2018.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletronicos S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A..

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados pelo dolar médio calculado diariamente em função das transações realizadas pela Companhia, *pro rata* dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários esta demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Superbank de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, reduzida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

Caso ocorram perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, as mesmas são reconhecidas no resultado do período.

A Companhia, possui em 30 de junho de 2018, apenas títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação.

f) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

f.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistemas de processamento de dados - 20% a.a. e Móveis e Utensílios - 10% a.a.

f.2) Intangível

Os ativos intangíveis são ativados em função dos custos alocados ao seu desenvolvimento, compostos dos custos de pessoal da equipe dedicada a tais atividades e gastos com fornecedores alocadas aos projetos. São avaliados permanentemente quanto a benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo que serão gerados em favor da Companhia e segurança na mensuração no momento do reconhecimento.

A amortização dos intangíveis é realizada pelo método linear a taxa de 20% a.a., exceto quanto aos softwares cujas licenças são de prazos inferiores a 5 anos que são amortizados pelo prazo da licença.

g) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável, referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de débito e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades da empresa, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos

Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11) e para as provisões cujo risco de perda é remota, não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Companhia, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados sob as receitas e custos aplicados diretamente na atividade.

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros, limitado ao período de até 10 anos. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na (Nota 6), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

k) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir, as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para passivos contingentes e redução dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2018	30/06/2017
Certificado de Depósito Bancário(*)	67.012	18.879
Depositos Bancários em Instituições sem Conta Reserva	4.693	2.860
Depósito no exterior em moeda estrangeira	62	69
Total	**71.767**	**21.808**

(*) Classificado no Balanço Patrimonial na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários", e vide nota 13, resgatáveis a qualquer momento.

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Resumo da Carteira por Categorias - Títulos para negociação

	30/06/2018	30/06/2017
CDB - Instituição Financeira Ligada (nota 13)	66.938	18.312
CDB - Outras Instituições Financeiras	74	568
Letras Financeiras	-	11.692
Títulos Públicos Federais	57.881	30.418
Total	**124.893**	**60.990**

b) Abertura por Vencimento

	Até 12 Meses	Acima de 1 ano (1)	Total
Certificado de Depósito Bancário	67.012	-	67.012
Letra Financeira do Tesouro LFT	47.533	10.348	57.881
Total	**114.545**	**10.348**	**124.893**

(1) Estas LFTs possuem vencimento acima de 1 ano, porém tem liquidez e podem ser negociadas a qualquer tempo, sendo classificadas, desta forma no ativo circulante da Super.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

6. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Saldo em 30/06/2018
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de IRPJ e Contribução Social	13.629	139	13.768
Total de Créditos Tributários Registrados	**13.629**	**139**	**13.768**

	Saldo em 31/12/2016	Realização	Saldo em 30/06/2017
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de IRPJ e Contribução Social	13.796	86	13.882
Total de Créditos Tributários Registrados	**13.796**		**13.882**

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa de CSLL	Total
2018	-	-	-
2019	1.043	375	1.418
2020	1.545	556	2.102
2021	2.524	909	3.433
2022	2.650	954	3.604
2023	2.362	848	3.211
Total	**10.125**	**3.643**	**13.768**

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários registrado é de R$ 10.816, (junho de 2017 R$ 11.380) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de ,CSLL , e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

7. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2018	30/06/2017
Adiantamentos para Pagamentos (1)	1.433	17.846
Impostos e Contribuições a Compensar(2)	2.214	1.731
Devedores Diversos - País (3)	1.241	1.158
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1	52
Total	**4.889**	**20.787**

(1) Compostos por adiantamentos realizados a prestadores de serviços para realização de transações solicitadas por clientes no contexto de suas solicitações de pagamentos ou saques.

(2) Composto por crédito de Imposto de Renda retido sobre resgates de aplicações financeiras ocorridos ao longo do período.

(3) Representado substancialmente por valor concedido em garantia para cumprimento de convênio junto a SPTrans para recarga de bilhete único e o restante por valores a classificar oriundos de cargas de clientes.

8. Intangível

	30/06/2018	30/06/2017
Software em desenvolvimento	6.618	4.069
Software	8.859	6.373
Custo	**15.477**	**10.442**
Amortizações Acumuladas	(6.333)	(4.915)
Intangível Líquido	**9.144**	**5.527**
Resumo das movimentações		
Saldo Inicial	6.795	4.581
Aquisições	2.949	1.720
Amortizações	(600)	(774)
Saldo Final	**9.144**	**5.527**

9. Depósitos e Relações Interfinanceiras

Os depósitos referem-se, principalmente, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos Super e ainda não utilizados, no montante de R$ 70.172 (junho de 2017 - R$ 51.986).

As transações de pagamento referem-se aos valores a repassar as operadoras, em função das operações de compras e saques, somam R$ 45.777 (junho de 2017 - R$ 31.153). O prazo de repasse à operadora é de, usualmente, 27 dias para compras e 1 dia para saques.

10. Outras Obrigações

	30/06/2018	30/06/2017
Fornecedores Diversos	1.672	1.655
Despesas de Pessoal	3.909	2.512
Passivos Contingentes - Cíveis (Nota 11)	160	621
Fiscais e Previdenciárias	1.104	686
Provisão para Riscos Operacionais	214	91
Total	**7.059**	**5.565**

11. Passivos Contingentes

A Companhia é parte em processos judiciais cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Companhia registrou provisão para demandas judiciais de natureza cível no valor de R$ 160 em 30 de junho de 2018, (junho de 2017 - R$ 621), as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, relacionadas com discussões e questionamentos cíveis, ajuizados ou não, para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos, as quais estão registradas em balanço.

Os passivos contingentes classificados como de risco de perda possível, com base na opinião dos assessores jurídicos, são, em sua maioria, processos judiciais de natureza cível e trabalhistas, e, montam em, aproximadamente, R$ 1.615, e R$ 173 respectivamente.

Provisão para Processos Judiciais	30/06/2018	30/06/2017
Ações Cíveis		
Saldo Inicial	**329**	**605**
Constituição Líquida	16	30
Atualização Monetária	-	8
Baixas	(185)	(22)
Saldo Final	**160**	**621**

12. Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2018, o capital social subscrito e integralizado é composto por 90.724 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal, detidas exclusivamente pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A..

Através da AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 20.000, passando o capital social de R$ 49.451 para R$ 69.451, mediante a emissão de 50.724.086 (Cinquenta Milhões, Setecentos e Vinte e Quatro Mil e Oitenta e Seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, totalizando 90.724.000 (Noventa Milhões, Setecentos e Vinte e Quatro Mil) ações. O Banco Central do Brasil homologou a alteração do capital em 14 de agosto de 2017, por meio do Ofício 16229/2017-BCB/Deorf/GTSP1.

O estatuto estabelece que:

Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo 2º desse artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução:

a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

b) a parcela necessária ao pagamento do dividendo obrigatório não será inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

c) saldo do lucro líquido remanescente, por proposta da Diretoria, com perecer favorável do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: Reserva para Reforço do Capital de Giro e Reserva pera Equalização de Dividendos, sendo;

   a. 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro que terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade; e

   b. 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Equalização de Dividendos com o fim de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Parágrafo único - por proposta de Diretoria serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas pare que o respectivo montante juntamente com o saldo da Reserva Legal não ultrapasse o saldo do capital social.

d) Por proposta da Diretoria, o Conselho de Administraçåo poderá aprovar o pagamento ou crédito, pela Companhia, de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislaçåo aplicável. As eventuais importancias assim desembolsadas poderão ser imputadas no valor do dividendo obrigatório.

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração da pessoal chave da administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGE) da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. realizada em 25 de Maio de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2018, no valor máximo de R$ 8.100.

A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, conforme Ata de Reunião do Comitê de Remuneração e Nomeações, estabeleceu para pagamento a partir de 2018, programa de incentivo a longo prazo para Diretores Estatutários e Colaboradores Estratégicos e Diferimento de Bônus para Diretores Estaturários.

No 1º semestre de 2018 foram registradas despesas com a Diretoria e Conselho conforme nota 16.

b) Plano de Incentivo a Longo Prazo

Plano de Incentivo a Longo Prazo: Tem a premissa de alinhar os interesses da Super Pagamentos e do participante com vistas, de um lado, o crescimento e lucratividade dos negócios da companhia e, de outro lado o reconhecimento da contribuição do participante ao desenvolvimento das atividades da companhia mediante com comprometimento de longo prazo por parte dele. O Plano tem duração de 3 anos, 2017/2018/2019, o pagamento se dará através de dinheiro e investimento em certificado de depósito em ações (Units) do Banco Santander Brasil em 30/07/2020. O montante em dinheiro e quantidade de Units base de cálculo do participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição dos indicadores de performance da Companhia. Em 30 de junho de 2018, a provisão para essa obrigação é R$ 1.073 e está registrada em "Outras Obrigações - Diversas".

c) Participação Acionária

A Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. é controlada pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. que possui participação acionária de 90.724.000 ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam quaisquer outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o Banco Santander são conforme segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	3.903	2.348
CDB - Instituição Financeira Ligada	66.938	18.312
Letras Financeiras	-	11.692
Total	**70.841**	**32.352**

14. Receita de Prestação de Serviços

	30/06/2018	30/06/2017
Tarifa Conta Super	17.695	13.465
Tarifa de Intercâmbio	3.900	2.870
Outras Tarifas	281	199
Total	**21.876**	**16.534**

15. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2018	30/06/2017
Aplicação Financeira - CDB - Instituição Financeira Ligada	1.345	2.300
Aplicação Financeira - Letra Financeira	-	666
Aplicação Financeira - FLT	2.317	-
Total	**3.662**	**2.966**

16. Despesas de Pessoal

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de pessoal - proventos	3.902	3.713
Despesas de pessoal - encargos sociais	436	208
Diretoria e conselho de administração	732	794
Previdência social	1.515	1.132
Fundo de garantia do tempo de serviço	615	359
Incentivo Longo Prazo -ILP	454	-
Total	**7.654**	**6.206**

17. Outras Despesas Administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Processamento de Dados	7.770	6.255
Despesas de Bônus Netpoints e Celular	2.199	1.284
Despesas de Serviços de Terceiros	1.330	943
Despesas de Pessoal - Benefícios	1.012	790
Despesas de Depreciações e Amortizações	725	808
Despesas de Comunicação	711	676
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	667	559
Despesas de Propaganda e Publicidade	548	1.155
Despesas de Saldos não Recuperados-Perdas Operacionais	441	-
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	113	298
Outras Despesas	1.967	1.175
Total	**17.483**	**13.943**

18. Despesas Tributárias

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	225	175
Despesas de contribuição ao COFINS	1.073	856
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	1.046	264
Despesas de IOF	102	444
Impostos e Contribuições sobre Lucros	37	51
Outros	35	-
Total	**2.518**	**1.790**

19. Outras Receitas Operacionais

	30/06/2018	30/07/2017
Outras Receitas	326	121
Variação Cambial	1.320	726
Total	**1.646**	**847**

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**(471)**	**(1.592)**
Encargo Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	**160**	**541**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(318)	(719)
Ajustes do exercício de 2017(1)	334	-
Outros	(222)	163
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(46)**	**(15)**

(1) Ajustes de anos anteriores em função de revisão da base de adições e exclusões.

21. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as informações trimestrais do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

DIRETORIA

Ezequiel Oscar Archipretre - CEO

Luiz Antonio Lourenço de Almeida - Diretor de Marketing e Produtos

Elio Edson Luiz Porta - Contador CRC 1SP 120411/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4